

## RESENHA

## REVIEW

CAVALIERE, Ricardo. *A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014. Orelha assinada por Evanildo Bechara. 176pp. R\$36,00

Esta pequena obra focaliza uma área carente de publicações dirigidas a um público mais amplo que o de especialistas na área de Historiografia da Linguística: o estudo da tradição gramatical que se formou no Brasil sobre o português ao longo dos séculos XIX e XX. Este aspecto apenas já deveria torná-la indicação de leitura obrigatória para a formação dos estudantes de Letras, porque descortina um panorama de autores cujos nomes sequer são ainda mencionados nos cursos, arrastados todos para uma amorfa *gramática normativa*, que abrange indistintamente tudo que, no Brasil, é anterior a Joaquim Mattoso Camara Jr. Por extensão, interessa ao professor de português atuante no ensino fundamental e no ensino médio. É também relevante para o especialista em Historiografia da Linguística brasileira, pelas discussões que, de forma despreziosa, apresenta — como, por exemplo, a montagem de um *corpus* de autores, ou a contextualização das obras nos diferentes momentos no cenário brasileiro. As dimensões físicas do exemplar enganam o leitor: é uma leitura exigente, o que decorre da quantidade de informação reunida e da forma de estruturá-la. O tom de quase aula em alguns dos textos permite ao autor alguns excursos — na medida em que são trechos que fogem propriamente ao conteúdo de obras gramaticais — preciosos, como aquele sobre a iniciativa da USP na década de 1930 de trazer professores estrangeiros (p. 100-101), o que lhe permitiu formar o Instituto de Filologia ( excurso que leva o leitor a pôr em paralelo aquela iniciativa e a do recente Ciência sem Fronteiras), enquanto o laboratório de fonética importado da Alemanha para o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, era confiscado pela Revolução de 1930; ou sobre a imprescritibilidade da linguagem jurídica (p.91-92).

O núcleo da obra é composto por 12 capítulos não numerados, aqui referidos como se o tivessem sido por facilidade de referência: 1 - *Os estudos gramaticais brasileiros no século XX* (p.11-27); 2 - *A gramática brasileira do período científico* (p.28-43); 3 - *A corrente racionalista da gramática brasileira no século XIX* (p.44-58); 4 - *O Eptome de Antônio de Morais Silva na historiografia gramatical brasileira* (p. 59-67); 5 - *Um passo da historiografia gramatical brasileira: as ideias ortográficas de Frei Caneca* (p.68-79); 6 - *Fontes inglesas dos estudos gramaticais brasileiros* (p. 80-90); 7 - *O corpus de língua literária na tradição gramatical brasileira* (p.91-98); 8 - *Os estudos historiográficos de Antenor Nascentes* (p. 99-106); 9 - *Presença da linguística alemã na gramaticografia brasileira do período científico* (p.107-123); 10 - *Sobre a influência francesa na gramaticografia brasileira do século XIX: Michel Bréal, Arsène Darmesteter, Émile Littré e Gaston Paris* (p.124-140); 11 - *Tradição e vanguarda na linguística de Joaquim Mattoso Camara Jr.* (p. 141-147); 12 - *As ideias linguísticas de João Ribeiro* (p.148-159). Há ainda uma introdução (“Este livro”, p. 7-10). Inclui referências bibliográficas (p. 160-175) e um utilíssimo índice onomástico (p. 171-175). Metade dos artigos (a saber, 2, 3, 4, 5, 7 e 12) são versões modificadas de textos publicados anteriormente em periódicos estrangeiros, alguns de difícil acesso, outros já na internet. O que poderia constituir-se apenas na reunião de textos esparsos ganha organicidade na medida em que o primeiro texto serve de panorama geral das matérias, retomadas e aprofundadas a cada capítulo. As “ideias, percursos e parâmetros” do subtítulo remetem o leitor a uma periodização dos estudos gramaticais brasileiros, proposta pelo A. em estudo publicado em 2002 e apontada nas páginas 49 e 59. Numa futura edição seria interessante que essa periodização não ficasse dispersa ao longo do volume, nem distante da avaliação da proposta de Antenor Nascentes, analisada na p. 104.

A edição deverá merecer alguns reparos numa futura reimpressão para a correção de gralhas, em especial no tocante à datação de nascimento e morte de autores referidos, em virtude de muitas vezes a indicação de anos do século XIX ganharem cem anos mais. Também visando a um público mais amplo que poderia vir a se interessar pela obra, as poucas citações em língua estrangeira poderiam ser acompanhadas da tradução.

Em *Os estudos gramaticais brasileiros no século XX*, o A. focaliza a tensão entre uma gramática inspirada pela “nova ciência da linguagem” (p. 28n9), de cunho histórico-comparativo, cujo marco inicial vem sendo apontado como 1881, em razão da publicação da *Gramática portuguesa*, de Júlio Ribeiro (1845-1890) — período designado pelo autor *gramática científica* — e

uma tradição mais antiga, a da *gramática filosófica*, inspirada, em princípio, na gramática de Port-Royal, que dominara o pensamento gramatical brasileiro até o final da década de 1870. Situa no alvorecer do século XX, no tocante aos estudos gramaticais no Brasil sobre o português, o nascimento do conflito entre um discurso pedagógico cuja autoridade vinha do próprio autor, com o respaldo (ou não) dos autores citados na exemplificação, que redundou em estudos prescritivos, e o novo discurso, que procurou a autoridade na nascente Linguística, sem abandonar, contudo, o antigo discurso pedagógico. Como fio condutor do capítulo, Cavaliere focaliza o leitor potencial dessas obras, figura estreitamente relacionada ao livro enquanto negócio. O início do século XX no Brasil veria um mercado editorial que não só se ampliava, mas que tomava também uma feição ainda desconhecida. Não é este mercado o foco do livro, mas não há como esquecer que o final do século XIX assistiria ao surgimento da formação de uma rede de livrarias para a distribuição de uma editora, a Francisco Alves<sup>1</sup>, que acabaria por dominar, no início do século seguinte, praticamente todo o comércio do livro escolar. O mercado editorial para os estudos gramaticais do português, segundo Cavaliere, teria então dois tipos potenciais de leitores: de um lado, o *leitor consulente* — escolares ou “cidadãos interessados em questões linguísticas” (p. 14) —; de outro, o *leitor pesquisador*, que “habitava as próprias sendas acadêmicas e [...] constituía o público-alvo que motivava a produção de textos comprometidos com o progresso do saber linguístico” (p. 14).

Os *Princípios de Linguística Geral*, de Câmara Jr. (1904-1970), de 1941, instalariam a crise nos estudos linguísticos brasileiros. Sem a noção de norma ou de erro e sem a necessidade de recorrer a um *corpus* literário, os *Princípios* disseminavam a metodologia do estruturalismo norte-americano. Para Cavaliere, “os reflexos dessa crise explodem no seio da corrente de filólogos adeptos da tradição gramatical pautada nos estudos histórico-comparativos, de que resultam algumas atitudes reacionárias e outras que se podem entender como uma espécie de *mea culpa*, no intuito de corrigir os rumos da descrição gramatical e do ensino do português” (p.15-16). A obra de Camara Jr. recebe de Cavaliere um capítulo à parte em *Tradição e vanguarda na linguística de Joaquim Mattoso Camara Jr.* (p. 141-147).

O divórcio entre os estudos pautados por uma Linguística formalista e a Filologia se estabeleceria definitivamente na segunda metade do século XX. O capítulo evidencia que, ao final do século XX, a autoridade será buscada

---

<sup>1</sup> Ver MACHADO, Ubiratan. 2009. *Pequeno guia histórico das livrarias brasileiras*. São Paulo, Ateliê Editorial.

na Linguística, cabendo aos prefácios o registro dessa filiação. Ao *leitor consulente*, face à multiplicidade de visões teóricas na Linguística e respectivas metalinguagens, restavam apenas as obras ligadas à antiga tradição gramatical. O capítulo é instigante, mas ao mesmo tempo desalentador: o *leitor pesquisador*, concretizado num estudante de Letras, não terá como evitar a antiga tradição ao se tornar, porventura, professor de ensino fundamental ou médio, ainda mais porque terá muito pouca autonomia em relação ao tipo de obra que poderá vir a adotar.

Para o leitor iniciante na área, que poderia sentir-se um pouco no ar quanto ao que seria a gramática científica, o capítulo seguinte, *A gramática brasileira do período científico* (p.28-43) aprofunda o tema. Cavaliere retoma esse ponto do primeiro capítulo e o aprofunda. Questiona a gramática de Júlio Ribeiro como marco instaurador do período científico, trazendo informações sobre obras anteriores que deveriam ser consideradas na periodização. O capítulo discute um aspecto essencial para qualquer panorama sobre estudos gramaticais do passado: a montagem de um *corpus* de autores, levando em conta que o período trabalhou com “um conceito plural de gramática” (p. 32): *geral, descritiva, histórica e prática*. E mais uma vez assinala como a avaliação dessas obras, classificadas como meramente normativas (p. 32), resulta “de uma leitura inepta, em que não se distinguem as obras mais representativas das rotineiras, numa ladainha de repetições em que inúmeros textos publicados ao longo de várias décadas de intensa produtividade recebem o mesmo tratamento” (p. 32). O conceito plural de gramática, que lhe impunha tanto o carácter descritivo como o de ensino de língua portuguesa, está na base da feição híbrida — descritiva e prescritiva — que esses compêndios tomaram.

Em termos descritivos, é a *palavra* o elemento central de uma arquitetura gramatical composta pela *lexiologia* e pela *sintaxe*. À *lexiologia* cabia o estudo da palavra em isolado: tanto a *fonologia* (ramificada em *fonética, prosódia e ortografia*) como a *morfologia* (esta ramificada em *taxinomia, ptoseonomia e etimologia*). A ortografia na fonologia causa estranheza ao A, que comenta ser essa uma “sede inusitada” da ortografia (p. 37). Talvez merecesse investigação o conceito de *letra* ainda em uso. Ernesto Carneiro Ribeiro (1839-1920), um dos autores arrolados para o período nos *Serões gramaticais*, por exemplo, não a define. A concepção de *letra* como uma unidade compósita, no entanto, perpassou séculos na tradição greco-latina. Teria a tradição deixado marcas num uso não mais conectado a um edifício gramatical, do mesmo modo como

mantivemos a ordem do alfabeto<sup>2</sup>, a separação silábica ou não de dígrafos<sup>3</sup> ou a ordem de apresentação das classes de palavras<sup>4</sup> nas gramáticas?

O capítulo termina com “duas concepções extravagantes da sinopse gramatical” (p. 39-43): Maximino Maciel (1866-1923), que introduz a *semio-logia*, e Manuel Said Ali (1861-1953), cuja proposta, além de ter incorporado a contribuição dos neogramáticos, usa a oração (e não a palavra) como centro da descrição, dividida em *fonologia*, *lexeologia* e *sintaxe*.

*A corrente racionalista da gramática brasileira no século XIX* (p.44-58) remete o leitor para o período compreendido entre 1806, ano da publicação de *Epítome da gramática portuguesa*, de Antônio de Morais Silva (1755-1824), e 1881, ano da publicação da obra de Júlio Ribeiro. Os trabalhos de Morais Silva, Frei Caneca (1779-1825) e Inácio Felizardo Fortes (? - 1856) são anteriores à Independência, mas o capítulo anuncia que dedicará “maior interesse aos trabalhos que vêm a lume a partir do final da primeira década do Primeiro Reinado” (p. 50). Apesar disso, a quinta parte do capítulo é dedicada a Morais Silva e Frei Caneca. A importância destes últimos lhes vale, respectivamente, *O Epítome de Antônio de Morais Silva na historiografia gramatical brasileira* (p. 59-67) e *Um passo da historiografia gramatical brasileira: as ideias ortográficas de Frei Caneca* (p.68-79), que se constituem no quarto e quinto capítulos.

Se a influência mais remota dos trabalhos desse período pode ser encontrada em Port-Royal — embora segundo parâmetros “extremamente atenuados pela pouca perspectiva doutrinária de nossos gramáticos, mais interessados em criar manuais normativos com regras do bem-dizer” (p. 52) —, a “fonte imediata”, “na primeira metade do século XIX” está em duas obras: a *Gramática filosófica da língua portuguesa*, de Jerônimo Soares Barbosa (1737-1816), e a *Arte de gramática da língua portuguesa*, de Antônio José dos Reis Lobato (1721-1803?). O capítulo focaliza ainda duas obras de transição: a *Nova gramática da língua portuguesa ou arte de falar*, de Charles Adrian Grivet (1816-1876), e a obra de Ernesto Carneiro Ribeiro (1839-1920) não os *Serões*, mas a *Origem e filiação da língua portuguesa*, ainda longe do modelo histórico-comparativo que marcaria os *Serões gramaticais*. Para Cavaliere, o “pendor normativo”

2 Ver MYRES, John L. 1942. The order of the letters in the Greek alphabet. In *Man*, 42: 110-114 (Sep. - Oct., 1942).

3 Ver MATTHEWS, Peter. 1994. Greek and Latin linguistics. IN: LEPSCHY, Giulio, ed. 1994. *History of Linguistics: II - Classical and Medieval Linguistics*. London: Longman, 1994.p.1-133. p. 15.

4 Ver APOLÔNIO DÍSCOLO. *Sintaxis*. Intr., traducc. y notas por V. Bécares Botas. Madrid: Gredos. 409pp. I, 16.

assinalado, que mereceu tantas críticas, deveria ser reavaliado, face às condições da Colônia. Essas condições são apresentadas da p.44 a 49, isto é, constituem cerca de metade do capítulo. Pela importância desse enquadramento essa parte merecia constituir em capítulo à parte.

O capítulo seguinte, *O Epítome de Antônio de Morais Silva na historiografia gramatical brasileira* (p. 59-67), retoma e aprofunda o capítulo anterior. O capítulo traz para discussão, mais uma vez, a contextualização, aspecto importante para a Historiografia da Linguística, focalizando, neste caso, a questão do *purismo*. Diz o A.: “A rigor, ser purista no cenário político-filosófico dos Oitocentos traduzia uma postura cidadã [...] enquanto os ares da Independência faziam com que as pessoas no Brasil chegassem ao extremo de adotar apelidos indígenas [...], na metrópole, ao contrário, a veia nacionalista cultivava a pureza da língua como reação conservadora à nova ordem burguesa na França” (p. 62).

*Um passo da historiografia gramatical brasileira: as ideias ortográficas de Frei Caneca* (p.68-79) constitui-se no quinto capítulo. A obra focalizada é o *Breve compêndio de gramática portuguesa*, cuja primeira edição, póstuma — Frei Caneca foi fuzilado em 13 de janeiro de 1825 — teria sido preparada no cárcere. O foco principal do capítulo é um paralelo entre as ideias sobre ortografia nesse trabalho e as que tomariam fôlego bem mais tarde com Gonçalves Vianna (1840-1914) e Guilherme Vasconcelos de Abreu (1842-1907).

Se os dois capítulos imediatamente anteriores focalizavam o *período racionalista*, *Fontes inglesas dos estudos gramaticais brasileiros* (p. 80-90) volta ao *período científico* e suas fontes: em princípio alemãs, mas lidas em autores ingleses, em especial, Charles Peter Mason (1820-1900), Alexander Bain (1818-1903), Alexander Allen (1814-1842), James Cornwell (1812-1902) e Henry Sweet (1845-1912). Destes autores, o capítulo focaliza apenas, de forma mais extensa, Alexander Bain e Henry Sweet. Fica-nos a dever os outros três. As fontes alemãs também podiam chegar através do francês e o tema retorna em *Sobre a influência francesa na gramaticografia brasileira do século XIX: Michel Bréal, Arsène Darmesteter, Émile Littré e Gaston Paris* (p.124-140). As fontes alemãs — Grimm, Max Müller, os neogramáticos (Delbrück, Brugmann e Paul), Vossler, Humboldt, Diez e Gabelentz são individualizados capítulos à frente, em *Presença da linguística alemã na gramaticografia brasileira do período científico* (p.107-123). É a análise de um autor influenciado por Vossler, João Ribeiro (1860-1934), que fecha a obra.

*O corpus de língua literária na tradição gramatical brasileira* (p.91-98) foge um pouco ao estilo dos capítulos anteriores, porque parece dirigir-se especificamente ao professor de português e ao ensino da língua escrita culta.

*Os estudos historiográficos de Antenor Nascentes* (p. 99-106) , além de focalizar a periodização de Nascentes para os estudos gramaticais no Brasil, é um contributo para a compreensão da formação dos cursos de Letras no Brasil.

*A gramática no Brasil* é um resgate da formação do pensamento gramatical no Brasil; pela quantidade de informação que descortina para o leitor é, sem dúvida, um bom ponto de partida para os que se interessem pelo estudo de autores e obras gramaticais do Brasil dos séculos XIX e XX.

Maria Carlota Rosa

Universidade Federal do Rio de Janeiro

carlota@ufjf.br